

## **CURRÍCULO INTEGRADO EM UM PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL: a visão dos gestores**

Ilma Vieira do Nascimento<sup>1</sup>

Karyanne Moreira da Silva Nogueira Rosa<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Neste artigo, discute-se sobre o currículo integrado do Projovem na visão dos gestores do programa desenvolvido na cidade de São Luís-MA. Reflete-se sobre diferentes concepções do currículo e especificamente sobre a proposta de currículo integrado para analisar a concepção de currículo integrado que embasa a proposta curricular do Projovem, cuja organização contempla três dimensões: escolarização, qualificação profissional e ação comunitária. A partir dessa revisão teórica da produção acadêmica que aborda o currículo integrado, discute-se as percepções dos gestores sobre o desenvolvimento desse currículo no Projovem. Para tanto, realizou-se estudo exploratório, pesquisa de campo com os gestores, por meio de entrevistas. A análise dos dados evidencia que a integração acontece na perspectiva das três dimensões curriculares do programa, porém não há percepção clara de currículo integrado percebido no discurso dos gestores das escolas. Por fim, ressalta-se a importância do currículo integrado para formação integral do aluno, sendo que os conteúdos trabalhados devem se constituir em elementos concretos na sua formação, de modo a lhe favorecer possibilidades de compreensão e intervenção na realidade.

**Palavras-chave:** Currículo integrado. Projovem. Dimensões curriculares.

---

1 Professora associada da Universidade Federal do Maranhão, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPFE/UFMA). Mestre em Educação pela PUC-Rio. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do grupo de pesquisa Escola, currículo, Formação e Trabalho Docente do PPGE/UFMA. E-mails: ilmavi@terra.com.br; ilmavieira13@gmail.com.

2 Supervisora escolar e professora de séries iniciais. Pedagoga pela UFMA. Especialista em Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas. Integrante do grupo de pesquisa Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente do PPGE/UFMA. E-mail: karyannetur2007@yahoo.com.br.

## **CURRICULUM INTEGRATED IN A SOCIAL INCLUSION PROGRAMME:** the vision of managers

### **ABSTRACT**

This article discusses about the integrated curriculum Projovem in view of Program Managers developed in São Luis-MA. Reflected on different conceptions of the curriculum and specifically on the proposed integrated curriculum to analyze the design of integrated curriculum that supports the curriculum proposal Projovem, whose organization has three dimensions: education, professional training and community action. From this theoretical review of academic literature that addresses the integrated curriculum, discusses the perceptions of managers on the development of this curriculum in Projovem. For both held exploratory study, field research with managers, through interviews. Data analysis shows that integration takes place in the perspective of the three curricular dimensions of the program, but there is no clear perception of integrated curriculum perceived in the discourse of managers of schools. Finally, we emphasize the importance of integrated curriculum for comprehensive training of the student, and the contents worked should constitute concrete elements in their training, in order to favor her understanding of possibilities and intervention in reality.

**Keywords:** Integrated Curriculum. Projovem. Curriculum dimensions.

## **PLAN DE ESTUDIOS INTEGRADO EN UN PROGRAMA DE INCLUSIÓN SOCIAL:** la visión de los gestores

### **RESUMEN**

En este artículo se discute acerca de la Projovem plan de estudios integrado a la vista de los directores de programas desarrollados en San Luis-MA. Refleja en diferentes concepciones del plan de estudios y específicamente en el plan de estudios integrado propuesto para analizar el diseño del plan de estudios integrado que soporta la propuesta curricular Projovem, cuya organización tiene tres dimensiones:

educación, formación profesional y de acción comunitaria. A partir de esta revisión teórica de la literatura académica que aborda el plan de estudios integrado, se analizan las percepciones de los directivos en el desarrollo de este plan de estudios en Projovem. Para ambas celebradas estudio exploratorio, la investigación de campo con los gerentes, a través de entrevistas. Análisis de los datos muestra que la integración se lleva a cabo en la perspectiva de las tres dimensiones del plan de estudios del programa, pero no existe una clara percepción de currículo integrado se percibe en el discurso de los administradores de las escuelas. Por último, destacamos la importancia del plan de estudios integrado para la formación integral del alumno y los contenidos trabajados deben constituir elementos de hormigón en su formación, con el fin de favorecer la comprensión de las posibilidades y la intervención en la realidad.

**Palabras clave:** Curriculum integrado. Projovem. Las dimensiones del plan de estudios.

## Introdução

No ano de 2005, foi instituído pelo Governo Federal o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), com o propósito de investir em uma política nacional inovadora para a juventude. Sobre esse propósito, visava “criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (PROJOVEM, 2006). Este programa foi criado sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>3</sup>.

Com o objetivo de avaliar essa política nacional, um grupo de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da

---

3 De acordo com o site WWP – Mundo sem Pobreza, “[...] O nome do novo ministério passa a ser Desenvolvimento Social e Agrário, sob o comando do deputado e ministro Osmar Terra” (Disponível em: <<https://wwp.org.br/pt-br/mds-passa-ser-ministerio-do-desenvolvimento-social-e-agrario>>).

Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) desenvolveu, com pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais da Bahia e de Minas Gerais (PPGE UFBA/UFMG), uma ampla pesquisa intitulada “Escola, Trabalho e Cidadania: um estudo longitudinal com jovens egressos e não ingressantes de um programa de inclusão de jovens”. É importante destacar que no âmbito da UFMA esta pesquisa maior se desdobrou na pesquisa “Projovem – Avaliando os impactos na elevação da escolaridade e emprego dos egressos de um programa de inclusão de jovens”.

Esse texto é resultado de discussões e estudos no âmbito da prática acadêmica de pesquisa e de iniciação científica do grupo de pesquisa Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente, o qual faz parte do PPGE/UFMA, tendo culminado em um trabalho de conclusão de curso.

Daquela ampla pesquisa, delineou-se o estudo aqui apresentado, que tem como foco apreender a visão dos gestores escolares sobre o currículo integrado do Projovem. Com esse intuito, aborda-se algumas concepções de currículo e, especificamente, a proposta de currículo integrado apresentada nos documentos oficiais que dão sustentação ao programa, que o concebem como a integração de três dimensões humanas: escolarização, qualificação profissional e ação comunitária.

### **O currículo integrado do Projovem e seus diferentes enfoques**

O Projovem foi criado para atender em sua primeira edição, especificamente, o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas, na faixa etária de 18 a 24 anos, que havia terminado a quarta série, mas não concluído a oitava série do ensino fundamental. O programa se caracterizou como emergencial, atendendo a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e experimental, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária (BRASIL, 2005).

Pesquisas demonstram que o Projovem atendeu a 202.193 jovens até outubro de 2007, distribuídos em 56 municípios do Brasil, sendo 27 capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal e mais 29 cidades de algumas regiões metropolitanas dessas capitais (MELO; CASTELO BRANCO, 2009). Tratando-se de São Luís, o Projovem foi desenvolvido em duas fases: na primeira fase, realizada em dezembro de 2005, foram inscritos 8.368 jovens, desses foram matriculados 4.226 candidatos e frequentaram o curso 2.010 alunos, sendo certificados 759. Na segunda etapa, em outubro de 2006, foram inscritos 4.172 jovens, tendo sido matriculados 2.634, mas frequentaram apenas 1.253 alunos. Desses participantes, foi detectada a amostra de 105 egressos nos seguintes aspectos: ao iniciarem o programa, 23 alunos haviam concluído o ensino fundamental e 5 já possuíam o ensino médio. Eram alunos que participaram da 1ª turma, todos residentes na cidade de São Luís.

O currículo do Projovem, desenvolvido desde o início do ano de 2005, teve como base da sua construção um conjunto de oficinas de estudos com a participação de especialistas em educação, qualificação para o trabalho e serviço social. É necessário deixar claro que a matriz curricular foi uma referência essencial para a elaboração dos materiais didáticos e complementares para a organização do trabalho pedagógico e para a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2005; 2006; 2008a; 2010).

A política de integração que tem como foco as dimensões escolarização, qualificação profissional e ação comunitária opera, prioritariamente, na perspectiva de um Projeto Político-Pedagógico Integrado (PPI), sendo possível afirmar que no cerne desta política está a concepção do currículo integrado. Ao integrar essas dimensões, o programa objetiva oferecer oportunidade para que o jovem possa experimentar novas formas de interação e se aproprie de novos conhecimentos.

Verifica-se, então, que a organização do currículo integrado no Projovem é definida a partir de uma proposta pedagógica pautada no trabalho, entendido como princípio educativo, tendo por objetivo uma formação omnilateral, a partir do momento em que esse currículo

contempla essas três dimensões. No PPI do programa, as diretrizes gerais relativas às dimensões curriculares demonstram o que cada uma deve garantir (BRASIL, 2008a):

- Formação básica: deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente; ao mesmo tempo, deverá fundamentar a qualificação profissional e a participação cidadã.
- Qualificação profissional inicial: deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais quanto às vocações dos jovens.
- Participação cidadã: deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários.

Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

Por estar centrado na questão do currículo integrado do programa, considera-se importante destacar neste texto, além da articulação das três dimensões-bases que caracterizam a integração da proposta curricular, alguns pontos que fundamentam esta proposta de integração, conforme o Quadro 1, que resume as diretrizes operacionais do programa:

**Quadro 1:** Diretrizes operacionais do programa.

Interdiscipli- naridade	A questão dos conteúdos relacionados à interdisciplinaridade é vista como uma construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares. Ou seja, os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida.
Integração entre ensino e prática profissional	O currículo integrado tem o trabalho como princípio educativo, no sentido de que este permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências, das Artes e da Tecnologia. Na concepção do Projovem, a qualificação profissional remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia. O componente qualificação profissional, que corresponde à outra dimensão do currículo do Projovem Urbano, desdobra-se em três conjuntos de atividades: Formação Técnica Geral, Arcos Ocupacionais e Projeto de Orientação Profissional (POP).
A real integração entre prática e teoria e o imediato teste da prática	A prática se dá por meio do desenvolvimento das atividades previstas, pressupõe a dedicação dos jovens ao curso por aproximadamente 26 horas semanais. As horas presenciais (20 horas semanais) incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e à participação cidadã, sob a supervisão de um educador. As horas não presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros – individualmente ou em pequenos grupos – nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.
A integração ensino- trabalho- comunidade, implicando uma imediata contribuição para esta última	Uma das finalidades do programa para proporcionar a formação integral dos jovens por meio da participação cidadã é a promoção de experiência de atuação social na comunidade. Nessa perspectiva, o currículo do programa é sustentado também pela participação cidadã, que envolve ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer; aprendizagens sobre direitos sociais; promoção do desenvolvimento de uma ação comunitária; formação de valores solidários.

Fonte: BRASIL (2008a).

As diretrizes operacionais do Projovem, sucintamente colocadas, mostram algumas características referentes à concepção de currículo integrado, como se pôde observar na proposta curricular e em outros documentos do programa (BRASIL, 2005; 2006; 2008a; 2010). Por meio dessas características observadas, afirma-se que a proposta de integração curricular do Projovem, utilizando-se das palavras de Ramos (2005), e conforme alusão feita, é pautada em um currículo fundamentado no trabalho como princípio educativo, no sentido de que este permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências, das Artes e da Tecnologia.

Nesse sentido, ao analisar outros estudos relacionados à concepção de currículo integrado, verificou-se que há uma série de definições a ele concernentes que o entendem estruturado em uma base curricular unitária em que nela estão inseridos o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, conceitos esses aproximados da concepção de currículo integrado do Projovem, tal como o concebem Lopes (2009); Saviani (2000); Ramos (2005; 2008); Bernstein (1996); Santomé (1998) e Hernández (1998).

Segundo os estudos de Lopes (2009), o conceito de formação integrada fundamenta-se na educação socialista que pretende ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tencológica. Isso parece evidenciar que os fundamentos do currículo integrado, do ponto de vista da relação trabalho-educação, estão ancorados em uma concepção assentada na politecnia.

Existem várias interpretações sobre politecnia: no socialismo real, o conceito se consolidou como expressão da síntese do pensamento marxiano sobre a educação escolar. Mas, antes de se consolidar dentro deste conceito, é necessário ressaltar que a politecnia foi desencadeada devido às mudanças científicas ocorridas em meados do século XIX, processo histórico de transição do artesanato à indústria.

Em prosseguimento à compreensão desse percurso histórico, Saviani (2000) esclarece que a realização do trabalho não era mais vista

como dependente do conhecimento específico que o trabalhador possuía sobre determinado processo, porque a automação do processo de produção, com a incorporação das funções manuais à máquina, simplificou o trabalho humano. Saviani (2000) afirma que, devido à necessidade de se adquirir conhecimentos relativos às novas formas de trabalho, ocorreu a disseminação dos códigos formais da escrita que só seria possível em uma instituição escolar. Houve, então, a inclusão do trabalho na educação escolar, sendo que o trabalho era constituído como princípio educativo, o que se considerou um avanço para a formação dos trabalhadores.

Ramos (2005) é uma pesquisadora também interessada pela temática do currículo integrado a partir da relação trabalho-educação. A abordagem feita por ela compreende pressupostos filosóficos e epistemológicos que se confrontam com a pedagogia das competências. A autora discute o papel da escola e da formação profissional sob a cultura capitalista e chega a uma proposta de projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico, tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura. A ideia é buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo.

Para Ramos (2005), o currículo integrado é aquele que tem como base a compreensão do real como totalidade histórica e dialética. Dessa maneira, a questão posta para o currículo integrado é a da organização do conhecimento, no sentido de compreender a realidade e a própria ciência na sua historicidade. O currículo escolar faz a seleção desses conhecimentos e os organiza em disciplinas, que têm como referência os campos da ciência. A autora defende que o conceito apreendido por uma determinada disciplina ou área de conhecimento possa ser compartilhado por outras disciplinas ou áreas do conhecimento. São dois os pressupostos filosóficos que fundamentam a organização curricular integrada preconizada por Ramos (2005, p. 114):

- O primeiro é a concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Assim, a história da

humanidade é a história da produção da existência humana, e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isso, o trabalho é mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento.

- O segundo princípio é que a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Totalidade significa um todo estruturado e dialético, do qual ou no qual um fato ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pela determinação das relações que os constituem (KOSIK, 1978).

A partir do momento em que o trabalho se integra à educação, surge o termo currículo integrado, que também possui várias conceituações: Santomé (1998) o identifica como sendo uma tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção. A integração ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e formas de conhecimento nas instituições escolares. Já Bernstein (1996 apud RAMOS, 2008) enfatiza os processos de compartimentação dos saberes, introduzindo o conceito de classificação (que seria, para ele, o grau de manutenção de fronteiras entre os conteúdos) e enquadramento (refere-se à força da fronteira entre o que pode e o que não pode ser transmitido em uma relação pedagógica). O autor afirma que a organização do conhecimento escolar pode ser subdividida em: código coleção (que envolve alto grau de classificação) e código integrado (a organização visa à redução do nível de classificação). Em síntese, os códigos integrados garantem uma forma de socialização apropriada do conhecimento, capaz de atender às mudanças em curso no mundo do trabalho mediante o desenvolvimento de operações globais. Isso contribuiria para a construção de uma educação mais igualitária, visando à superação de problemas de socialização diante dos sistemas de valores próprios das sociedades industriais avançadas.

No currículo integrado, conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional também se integram. Um

conceito específico não é abordado de forma técnica e instrumental, mas visando a compreendê-lo como construção histórico-cultural no processo de desenvolvimento da ciência com finalidades produtivas. Em razão disso, no 'currículo integrado' nenhum conhecimento é só geral, posto que ele estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens (RAMOS, 2008). Assim, conhecimentos gerais e conhecimentos profissionais somente se distinguem metodologicamente e em suas finalidades situadas historicamente, porém, epistemologicamente, esses conhecimentos formam uma unidade.

Na esteira dos conceitos ligados à concepção de currículo integrado, outro se impõe: o discurso da interdisciplinaridade. Este conceito surgiu diante da complexidade existente nas sociedades no que se refere à interligação de diferentes nações, governos e políticas e à imbricação de estruturas econômicas e sociais. E quando se fala em interdisciplinaridade, destaca-se novamente aqui os estudos de Santomé (1998) que desenvolveu a sua tese sobre a interdisciplinaridade de forma sistemática: primeiramente, ele trabalhou com o conceito de disciplina, isto é, uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão. Cada disciplina apreende uma imagem particular da realidade, de acordo com o ângulo de seu objetivo.

Nessa perspectiva, as particularidades da interdisciplinaridade em defesa de currículos integrados estão relacionadas com a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Assim, esse eixo de raciocínio é utilizado mais insistentemente nas propostas que recorrem ao vocábulo "globalização", em consonância com as múltiplas modalidades de inteligência, sabendo que alunos e alunas aprendem, memorizam, integram e compreendem de modos diferentes (SANTOMÉ, 1996). Portanto, para Santomé (1996), a interdisciplinaridade é um dos conceitos que formam o triângulo de apoio da proposta de currículo integrado, ou seja, a reorganização dos conteúdos, algumas vezes para recuperar e outras para construir uma rede mais integrada entre conceitos, modelos

e estratégias de investigação que uma certa superespecialização organizou em compartimentos estanques, com poucas possibilidades de comunicação, mesmo quando tinha como propósito analisar e intervir num mesmo espaço, com os mesmos objetos e pessoas um fim semelhante.

Por fim, merece destacar a contribuição de Hernández (1998), na relação que estabelece da interdisciplinaridade com o currículo integrado: ele afirma que o currículo integrado propõe uma educação escolar baseada nos conteúdos. A questão central proposta pelo autor é a de organizar um currículo escolar por temas e problemas com os quais os estudantes se sintam envolvidos e aprendam a pesquisar para, depois, aprender a selecionar, ordenar, interpretar e tornar público o processo seguido. Para o autor, é fundamental a perspectiva que trata de explorar as relações entre problemas-objeto de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento, por meio de projetos de trabalho.

O fio condutor desses projetos é a noção de globalização que, segundo Hernández (1998), não é a mesma de interdisciplinaridade, mas mantém com esta última um eixo comum, centrado na busca de relações entre as disciplinas, no momento de se tratar temas de estudo. Aprender a compreender e a interpretar a realidade é o foco da globalização em que o estudo se direciona para a relação entre o saber acumulado e a necessidade de aprender a estabelecer relações. Trata-se de unir o que está separado, estabelecendo novas formas de colaboração e de interpretação da relação entre o simples e o complexo.

### **O currículo integrado na visão dos gestores do Projovem**

As concepções de alguns estudiosos sobre currículo integrado, aqui apresentadas em uma breve revisão bibliográfica, apresentam pontos de significativas aproximações. Infere-se, pois, que tenham servido de pano de fundo para a formulação de currículo integrado proposto no PPI do Projovem. Todavia, resta visualizar, mesmo que parcialmente, a materialização desse currículo por quem o vivenciou em um solo concreto de sua realização – gestores escolares do Projovem

em São Luis/MA. Para tanto, foram selecionadas as gestoras de duas escolas municipais de ensino fundamental da capital maranhense. Em cumprimento aos objetivos da pesquisa, as escolas foram selecionadas por terem sediado o programa, e as gestoras pelo contato mais de perto que, provavelmente, haviam desenvolvido no cotidiano do seu trabalho com as experiências do Projovem e com uma gama de informações a ele concernentes.

O desenvolvimento do Projovem nas escolas requer um envolvimento bem articulado dos gestores das unidades escolares com o PPI, ou seja, com os objetivos e princípios norteadores do programa, de igual modo com as demais legislações que lhe dão suporte. Nesse sentido, pôde-se identificar nas entrevistas realizadas alusões a algumas reuniões, treinamentos, seminários, porém, na percepção dos sujeitos envolvidos, não foram suficientes para promover uma inserção mais consolidada dos gestores no programa, condição essencial para o enfrentamento de problemas na execução, muitas vezes relacionados a especificidades do público-alvo destinatário dessa política de inclusão.

Assim, o propósito foi entender se a concepção das gestoras sobre currículo integrado estava alicerçada nos documentos oficiais do programa, na medida em que estes regulam e objetivam fundamentar a percepção das pessoas envolvidas; outro propósito consistiu em saber em que medida as gestoras se integraram na efetivação daqueles objetivos.

Ora, como se está enfatizando, o PPI do Projovem original apresenta como sua principal finalidade proporcionar uma formação integral ao jovem, por meio de uma associação efetiva entre a elevação da escolaridade, tendo em vista: a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, com certificação de formação inicial; o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público (BRASIL, 2005). Este é o princípio fundamental do programa, fator que deveria ser de conhecimento de todos os agentes ligados a ele. Todavia, assim se posicionou uma gestora sobre tão relevante questão:

*Não. Na verdade, se existia o projeto era com a coordenação, porque na escola mesmo não tinha, agora tinha o projeto político pedagógico da escola. A princípio nós fomos chamados apenas para sediar o programa, não era nada de responsabilidade da gente, dois anos depois foi que eles chamaram a gente, aí falaram que a escola iria assumir a gestão do programa: no que diz respeito ao acompanhamento da parte administrativa, por exemplo, frequência dos professores, eles disponibilizaram um funcionário pra poder limpar as salas, que a escola tinha poucos funcionários, pois tínhamos muitas salas. A princípio nós tínhamos parece-me que nove salas.*

Como se pode perceber, há um grande distanciamento entre o que preconiza o PPI do programa e a sua efetivação no local em que deveria se concretizar. Evidentemente, um fosso dessa natureza compromete, sobremaneira, os princípios, objetivos, intenções expressos em documentos oficiais e acabam por comprometer um processo educativo e de inclusão social direcionado para a promoção da cidadania plena de significativos contingentes da população brasileira.

Cumprir registrar que, pelas orientações do Projovem, os profissionais que atuam nele devem estar em permanente processo de formação a ser desenvolvido em duas modalidades: formação inicial (antes do início do curso) e formação continuada (ao longo do curso). Por essas orientações, a formação dos gestores e dos formadores incluem aspectos gerais relativos ao programa e aspectos específicos que dizem respeito às atividades de cada categoria: gestores locais, gestores das instituições formadoras e seus formadores (BRASIL, 2008b).

Supõe-se que o processo formativo em referência, preconizado nos documentos oficiais, requer o conhecimento do currículo integrado como uma condição para levar a bom termo os objetivos a que se propõe do programa. Tendo sido elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Educação e outros Ministérios, ressalta a questão sobre o atendimento dessa proposta curricular à diversidade das realidades envolvidas.

Pela forma em que se deu, a elaboração da proposta curricular não contou com a participação dos gestores escolares nem passou por adaptações à realidade local, como se depreende da fala a seguir:

*Não, porque o Programa quando veio de Brasília ele já veio montado.*

Ora, poderia se pensar pelos posicionamentos dos gestores que o Projovem estaria reproduzindo a antiga e persistente dicotomia entre planejamento e execução, tão cara ao universo capitalista, mormente em realidades como a brasileira. Entretanto, cumpre lembrar que no contexto escolar pode-se vivenciar espaços de autonomia, de liberdade mesmo relativa e ampliar o âmbito de participação dos envolvidos para além da “rigidez” atribuída às determinações oficiais contidas em documentos. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) possuía a legislação pertinente ao programa, a qual também está disponibilizada no site do MEC.

Porém, esses argumentos não invalidam as inquietações dos gestores escolares sobre a adequação da proposta curricular em discussão às particularidades e realidade dos destinatários dessa política – os jovens em situação de vulnerabilidade de toda ordem – considerando, entre outros aspectos, o caráter universal do currículo, tido nos documentos em uma dimensão integrada/interdisciplinar. Os problemas referentes à não participação dos gestores na elaboração da matriz curricular, bem como a forma como foi por eles apropriada, não impediu que desenvolvessem concepções sobre o conhecimento escolar, a sua estrutura e organização no âmbito desse programa. Assim, em resposta à questão sobre a concepção de currículo integrado, teve-se:

*Bom, é como eu tô dizendo ele já veio planejado, já veio tudo direcionado mesmo do MEC, mas a integração deste currículo, do programa, se baseia na educação, na qualificação e nas atividades na comunidade.*

Sobre a mesma questão, outra gestora confirma a resposta anterior ao dizer que

*Não foi passado pra gente sobre o currículo do Projovem. Foi nos dado um folheto explicativo, mas quanto ao currículo integrado não foi passado assim pra escola.*

Percebe-se nessas respostas uma compreensão sobre currículo integrado, todavia não claramente definida; e, no mais grave, em outra resposta, total desconhecimento do assunto.

Em sua formulação oficial, o currículo do Projovem abrange os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade, sustentando-se em três pilares já referidos: a formação básica (para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental); a qualificação profissional (para o mundo do trabalho, incluindo qualificação inicial em um arco de ocupações); a ação comunitária (envolve uma experiência de ação social cidadã). Para que o curso cumpra as finalidades a que se propôs, essas três dimensões devem ser articuladas, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais (BRASIL, 2005).

Para o programa, integrar significa inter-relacionar dimensões ou ideias de modo a construir um todo que faça sentido. Nessa perspectiva, o currículo integrado concebe a aprendizagem a partir do momento em que o aluno consegue organizar os conhecimentos de forma própria, relacionando estes conhecimentos com aquilo que já sabia. É nesse sentido que o Projovem considera a existência de uma contextualização do saber e o aluno como o sujeito, protagonista de sua formação como ser humano e cidadão (BRASIL, 2009). Portanto, ao integrar aquelas três dimensões, o programa busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto à sua inserção social e profissional.

A concepção de currículo adotada pelo Projovem parece ir ao encontro das ideias defendidas por Ramos (2005), quando enfatiza que no currículo integrado a organização do conhecimento se orienta

para compreender a realidade e a própria ciência na sua historicidade. Cumpre esclarecer que o currículo integrado desse programa se constitui em disciplinas distintas. Ramos (2005) diz que uma determinada disciplina ou área de conhecimento, no currículo integrado, pode ser compartilhada com outras disciplinas (a interdisciplinaridade).

Esta concepção de interdisciplinaridade pôde ser vista nas análises dos documentos do programa, nos quais as matérias, apesar de suas especificidades, se relacionam e contribuem umas com as outras. No contexto do Projovem, ela é vista como uma construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares, ou seja, os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida.

Retomando Santomé (1996), tem-se que a interdisciplinaridade é um dos conceitos que formam o triângulo de apoio da proposta de currículo integrado, ou seja, a reorganização dos conteúdos serve algumas vezes para recuperar e em outras para construir uma rede mais integrada entre conceitos e modelos e estratégias de investigação.

No caso do Projovem, os conteúdos são selecionados em função dos jovens estudantes, segundo sua importância para a formação de cidadãos conscientes e capazes de mudar sua postura diante dos fatos e dos problemas da vida contemporânea. Nesse caso, os conteúdos se tornam instrumentos da inclusão social e compreendem, além dos cognitivos, os conteúdos procedimentais e atitudinais (BRASIL, 2009).

Hernández (1998) também contribui para elucidar o que é o currículo integrado como proposto pelo Projovem. O autor entende que essa modalidade curricular propõe uma educação escolar baseada nos conteúdos organizados por temas e problemas com os quais os estudantes se sintam envolvidos e aprendam a pesquisar para, depois, aprender a selecionar, ordenar, interpretar e tornar público o processo. Essa é, pois, uma dimensão curricular a que o programa se propôs realizar.

Em suma, o currículo integrado do Projovem pode ser conceituado como uma forma de organização curricular voltada para

uma formação básica e para o trabalho, proporcionando também uma formação cidadã de forma a transformar o aluno em protagonista de sua própria história, preparando-o não somente para o mundo do trabalho, mas também para a sociedade.

### **Considerações transitórias**

As considerações aqui delineadas sobre o Projovem, mais especificamente sobre aspectos da concepção curricular desse programa de inclusão cidadã de jovens, referem-se à sua implementação e ao seu desenvolvimento em um espaço bem delimitado: duas escolas da rede pública de ensino e suas gestoras. Portanto, não devem ser generalizadas ao universo maior em que foi implantado, razão suficiente para, também, apresentar essas considerações como visões transitórias sobre uma política cujo formato, princípios e objetivos revelam um poder governamental afinado e interessado em criar mecanismos de inclusão (social, política, econômica...) para segmentos juvenis, seguidamente postos de longe no rol das políticas públicas.

O currículo integrado é fundamental para a operacionalização do programa nas escolas-sede, razão pela qual deve ser do domínio tanto dos professores como dos gestores escolares. Estes demonstram precário conhecimento sobre tão relevante aspecto do programa, o que é comprometedor para o alcance dos objetivos propostos.

Tal entrave ao desenvolvimento do Projovem pode decorrer de vários fatores, muitos deles não ligados às ações imediatas das gestoras escolares, mas de ações prévias afetas a instâncias alocadas nas Secretarias Municipais de Educação, responsáveis pela coordenação do programa. A promoção de melhor integração entre ambas as instâncias (Secretaria de Educação e escolas) poderia resolver boa parte desses entraves.

Estudos realizados pelo grupo de pesquisa revelam vários fatores, internos e externos à escola, que dificultam o pleno desenvolvimento dessa política de inclusão, como: falta de segurança no

ambiente escolar relacionada à violência nos bairros onde se localizam as escolas; dificuldade na identificação dos alunos pela ausência de um fardamento; elevadas taxas de evasão; falta de interesse na participação efetiva do programa.

A esses aspectos tidos como negativos juntam-se outros, bem diferentes, que também povoam o cotidiano escolar e, nesse sentido, envolvem como os citados, alunos, professores e gestores: a oportunidade ao aluno de voltar a estudar e obter uma qualificação profissional para o mercado de trabalho; a ação comunitária como uma forma de participação cidadã na sociedade; uma ajuda de custo ao aluno para financiamento de despesas, entre outros.

A gama de aspectos tão contraditórios presentes na operacionalização do Projovem atinge, sobremaneira, os jovens a quem se destina essa política de inclusão; mas não imuniza os gestores escolares dos seus efeitos (positivos e negativos). Evidentemente, tão complexa realidade tem repercussões diretas no momento de tornar o discurso oficial (documentos, legislação etc.) em expressão concreta na escola que sedia o programa. Por isso, operacionalizar a proposta do currículo integrado definida no PPI, embora de suma importância para a formação integral do aluno por objetivar a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a ação comunitária, revestiu-se de grandes dificuldades, todavia passíveis de serem superadas.

## Referências

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Projeto pedagógico integrado do Projovem urbano**. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude Projovem Urbano. Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de formação para gestores, formadores e educadores.** Brasília: Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008b. 48p.

\_\_\_\_\_. **Projeto de programa Projovem.** Programa nacional de inclusão de jovens. Educação, qualificação e ação comunitária. Presidência da República. Secretaria Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório final de avaliação do Projovem original, 2005-2008.** Secretaria Geral, Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Ensino médio:** desafios e reflexões. Campinas: Papyrus, 1994.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LOPES, J. **Educação profissional integrada com a educação básica:** o caso do currículo integrado do Proeja. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, M. A.; CASTELO BRANCO, L. M. da C. Os egressos do Projovem em São Luís: quem são esses sujeitos. In: DUARTE, M. T. D. (org.). **Palavra de jovens sobre o Projovem:** estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (Projovem). **Manual do educador:** unidade formativa I. Brasil, 2006.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Currículo integrado. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário de educação profissional da saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SANTOMÉ, J. T. A instituição escolar e a compreensão da realidade: o currículo integrado. In: SILVA, L. E. da; AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos (orgs.). **Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996,

\_\_\_\_\_. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Tradução de Cláudia Schelling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al. (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2000.